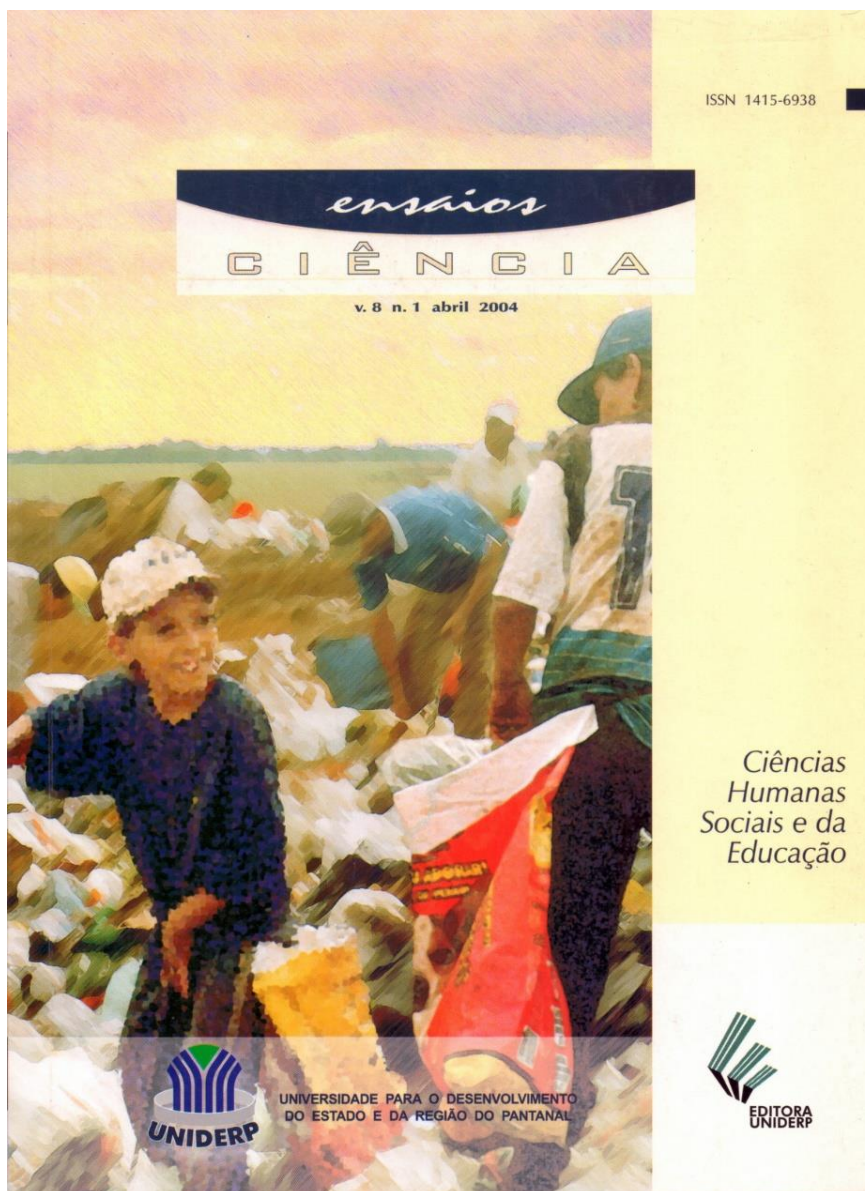
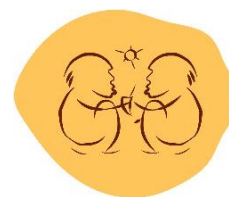


Ensaio Ciência

Campo Grande, v. 8, n. 1, abr.2004

(Capa)



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

www.icgilbertoluizalves.com.br/

Movimentos Ambientistas e a Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS): 1979 a 1989

Enilda Maria Lemos¹

Gilberto Luiz Alves²

Resumo

Esta pesquisa, que cobre o período de 1979 a 1989, foca os movimentos ambientalistas e a Fundação para Conservação da Natureza de MS, organização não-governamental ambientalista do Estado, e ainda analisa a forma de como ela tratava a educação ambiental. A pesquisa teve como fontes: o estatuto dessa Fundação, matérias publicadas pela imprensa, entrevistas com Astúrio Ferreira dos Santos e Arnaldo de Oliveira, pioneiros do movimento ambientalista no Estado, a Revista “CAMPO Agropecuária”, da qual Maria Helena Brancher era diretora e editora responsável, a obra “**Terra, até quando?**”, de autoria de Francisco Anselmo Comes de Barros, obras de pesquisadores científicos, as leis que instituem a Política Nacional de Meio Ambiente e a Política Nacional de Educação Ambiental e a Imprensa Oficial do Estado. A partir dessas fontes mencionadas fez-se um relato das manifestações ambientalistas que antecederam a Fundação e das suas principais ações nos seus dois momentos de atuação. A análise das fontes pesquisadas sugere que as origens da educação ambiental coincidem com as do movimento ambientalista. É que a concepção de educação ambiental, adotada pela referida Fundação, no seu segundo momento, considera a sociedade integrada à natureza. É notável a contribuição dessa entidade com as propostas da educação ambiental multidisciplinar, bem como faz denúncias e campanhas educativas. O estudo também menciona, sem aprofundamentos, o domínio do capital expresso nos processos de destruição dos recursos naturais em Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Meio ambiente. Movimento ambientalista. FUCONAMS. Educação ambiental.

¹ Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade Anhanguera-UNIDERP.

² Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade Anhanguera-UNIDERP.

Ambientalist movements and the foundation for Mato Grosso do Sul Nature Conservation (FUCONAMS): 1979 a 1989

Abstract

This research covers the period from 1979 to 1989, it is focused in the ambientalists movements and the FUCONAMS, Ambientalist State ONG, analyzing the way it used to treat the ambient education. The research had as resources: the FUCONAMS statute, articles published by the press, interviews with Astúrio Ferreira dos Santos e Arnaldo de Oliveira, pioneers in the ambientalist movement in the state, the magazine “CAMPO Agropecuária”, from which Maria Helena Brancher was director and responsible editor, the book “Terra, até quando?”, from author Francisco Anselmo Gomes de Barros, scientific researchers essays, the National Environment Politics law, the Ambiental Education National Politics law and the Official Press in the State. From this point, it was done a summary from the ambientalist manifestations that preceded the FUCONAMS and its main actions in its two part actuations moments, when the entity had as president Astúrio Ferreira dos Santos and Francisco Anselmo Gomes de Barros. The resources analysis research suggests that the origins of the ambiental education are the same as the ambientalist movement. And that the conception of the ambiental education, adopted by FUCONAMS, in its second moment, considers the society integrated to nature. It is notable this entity contribution with the multidisciplinary ambiental education proposal, as denouncing and doing educational campaigns. The study also mentions, with no deepness, the express capital domain in the natural resources destruction process in Mato Grosso do Sul.

Keywords: Environment. Ambientalis movement. FUCONAMS. Ambiental education.

1. Introdução

Esta pesquisa tem por objeto os movimentos ambientalistas e a Fundação para Conservação da Natureza de Mato Grosso do Sul (FUCONAMS), organização não-governamental ambientalista (ONG)¹ do Estado, no período de 1979 a 1989. Este estudo é importante porque, dentre outras coisas, discute a forma como a FUCONAMS tratava a educação ambiental.

Os objetivos, discutir o surgimento das preocupações ambientalistas e da educação ambiental em Mato Grosso do Sul, bem como as abordagens de educação ambiental da FUCONAMS, nortearam esta pesquisa.

Na investigação do objeto, foram utilizados como fontes: entrevistas com os pioneiros do movimento ambientalista em Mato Grosso do Sul, Astúrio Ferreira dos Santos e Arnaldo de Oliveira, o estatuto da FUCONAMS, as matérias publicadas pelo Jornal Diário da Serra, de Campo Grande e pelo Jornal O Progresso, de Dourados, a obra Terra, até quando?, de autoria do ambientalista Francisco Anselmo Gomes de Barros, o Diário Oficial de Mato Grosso do Sul, a Revista CAMPO Agropecuária, que abordava temas ambientais, da qual Maria Helena Brancher era diretora e editora, as leis que instituíram a Política Nacional de Meio Ambiente e a Política Nacional de Educação Ambiental e obras de pesquisadores científicos do movimento ambientalista internacional.

A discussão se inicia pelas manifestações ambientalistas, ocorridas na comunidade, precisamente nos municípios de Aquidauana e de Campo Grande, antes da implantação do Estado de Mato Grosso do Sul. Fizeram-se, também, referências às manifestações ocorridas na Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), em Dourados e, depois da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Essas manifestações mostravam à sociedade os danos ambientais, chamando a atenção para os prejuízos ocorridos em função da destruição dos recursos naturais. Foi, nessas circunstâncias, que nasceu a FUCONAMS, incorporando no seu estatuto o componente educação ambiental.

A pesquisa, ao distinguir os dois momentos de atuação dessa Fundação, levou a uma investigação das deliberações ambientais internacionais sobre o conceito de educação ambiental que considera a natureza integrada à sociedade, desde a origem do ambientalismo.

Desse modo, foi possível conhecer as posições e reconhecer as contribuições da FUCONAMS em relação à educação ambiental, nesse período, em especial, quando a entidade discute a educação ambiental multidisciplinar. Entretanto, é importante salientar que muitos pontos que ficaram em aberto poderão despertar em outros pesquisadores interesse pelo seu aprofundamento.

São postos em relevo os questionamentos feitos pelo pesquisador científico, professor doutor Gilberto Luiz Alves, e as leituras por ele sugeridas que instigaram o

desejo de conhecer os primórdios do movimento ambientalista de Mato Grosso do Sul, o surgimento da FUCONAMS, sua forma de operar a educação ambiental, assim como buscar os determinantes da destruição dos recursos naturais.

Por fim, ressalta-se que a pesquisa não se ateve às questões de educação ambiental vigentes, porque o seu objeto se restringe ao período de 1979 a 1989.

2. Desenvolvimento

Para se conhecer a forma como a FUCONAMS compreendia a educação ambiental, no período em estudo, foi necessário resgatar algumas iniciativas ambientalistas dos pioneiros do movimento, em Mato Grosso do Sul. Já em meados da década de 1970, antes da divisão territorial do Estado de Mato Grosso, começavam as manifestações ambientalistas no meio acadêmico da UEMT e na sociedade civil.

Na UEMT, foram realizados eventos, coordenados pelo professor Arnaldo de Oliveira, como a reunião com jardineiros e floricultores, que constou de uma reportagem do Jornal Diário da Serra, cuja discussão versou sobre as áreas verdes em Campo Grande (JARDINAGEM, 1976, p.3). Foi realizada, também, a Semana de Botânica e Ecologia, em que botânicos e pesquisadores científicos debateram temas relativos ao ambiente urbano e rural, coordenada por Arnaldo de Oliveira e por Cláudio Conceição, professor da UEMT de Corumbá. (SEMANA..., 1977). Em decorrência dessas discussões, foi elaborado um plano de trabalho para ser desenvolvido no campus da UEMT, visando à reconstituição florística dessa área. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO, 1978). O desenvolvimento desse plano contribuiu para a criação da Reserva Biológica da UFMS, no dia 5 de junho de 1985, pela Resolução n. 095/852.

Além desses eventos, a UFMS sediou o 309- Congresso Nacional de Botânica, que contou com a participação de pesquisadores científicos de vários estados brasileiros e de outros países. Esse Congresso, promovido pela Sociedade Botânica do Brasil (SBB), que era presidida por Arnaldo de Oliveira, foi realizado em Campo Grande, de 22 a 27 de janeiro de 1979 (CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 1979, p.5).

Em Dourados, ainda no Estado de Mato Grosso, foram feitas pela imprensa reportagens sobre a educação ambiental, nas quais constavam entrevistas com a pesquisadora científica, professora doutora Maria Eugênia de Carvalho do Amaral, que à época era acadêmica de biologia. Em uma delas, declarou que é “E...] de vital importância que noções de ecologia sejam absorvidas desde cedo pelos nossos alunos.” (AMARAL, 1976, P1).

Na sociedade civil, foram detectadas algumas manifestações ambientalistas, antes da implantação de Mato Grosso do Sul, mais especificamente em Aquidauana e Campo Grande. Uma notícia, publicada pela imprensa de Aquidauana, dava conta de que um segmento da camada dominante participara de reuniões promovidas pela Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), no período de 31 de maio a 1(2 de junho de 1978, para debater formas de se combater a pesca predatória. (AUTORIDADES..., 1978, P3). Em Campo Grande, as discussões iniciaram-se quando Astúrio Ferreira dos Santos se deu conta da ação de pescadores depredadores em sua propriedade. Ganhando adeptos para a causa na Maçonaria e em outros segmentos sociais, Astúrio Ferreira dos Santos, Túlio Alves Filho e Kalil Abrão ficaram encarregados da realização de um abaixo-assinado, denunciando a caça e a pesca predatórias. (ABAIXO..., 1978).

No final do ano de 1979, os ambientalistas pioneiros criaram a FUCONAMS com a finalidade de “[...] atuar na conservação dos recursos naturais renováveis e não renováveis, especialmente a flora e fauna do Estado, [...]” tendo como presidente Astúrio Ferreira dos Santos. (ESTATUTO..., 1980, P.16). O estudo deste documento revelou que, dentre as ações propostas por essa Fundação, para cumprir seus objetivos, duas se referem à educação ambiental:

- b) Realizar campanhas educativas em âmbito comunitário, difundindo conhecimentos sobre princípios de defesa e conservação dos recursos naturais;
- e, [...] f) Sugerir à Secretaria Estadual de Educação a inclusão da disciplina em seu currículo escolar. (ESTATUTO..., 1980).

Seguindo orientação desse estatuto, Astúrio Ferreira dos Santos tinha intenção de mostrar às autoridades dos governos dos municípios e do Estado a importância de se difundir conhecimentos ambientais “[...] para que as crianças entendessem a necessidade de preservar a água, as matas e os animais.”³ Ocorre que, do seu nascimento até fevereiro de 1982, a FUCONAMS focou suas ações na grande campanha contra a usina de álcool em Bodoquena, a ser instalada com capital empresarial, em uma parte do ambiente pantaneiro. Assim foi que, enquanto esteve sob a presidência de Astúrio Ferreira dos Santos, essa ONG ambientalista, embora tivesse uma proposta de educação ambiental, deu prioridade para este combate que durou de 1980 a 1982.

Entre os anos 1983 e 1989, a entidade se esvaziou, em razão de uma dissidência no grupo, da ida de Astúrio Ferreira dos Santos e outros elementos para compor os quadros governamentais e do afastamento das lideranças econômicas e políticas, após o término da campanha de Bodoquena. O espaço de lutas que restou a Francisco Anselmo

Gomes de Barros, então presidente, foi a participação em eventos em que a entidade pugnava pela educação ambiental multidisciplinar, como aconteceu no 1º Encontro Nacional de Ecologia e Meio Ambiente, realizado em Campo Grande, MS, em novembro de 1984, e a efetivação de denúncias que chamavam a atenção da comunidade para a gravidade dos danos ambientais. (ENCONTRO NACIONAL DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE, 1984). Esse ambientalista asseverou que para se ter “[...] uma consciência ecológica e um meio ambiente digno de seres humanos, [...]” era necessário que a educação ambiental fosse integrada aos currículos escolares de todos os níveis da educação. (BARROS, 1992, p. 52).

Bem antes da criação do Estado de Mato Grosso do Sul, ambientalistas internacionais refletiam sobre questões ambientais. Segundo Dalton (1994, p. 34 apud TALAVORO, 2001, p. 143-144), na metade da década de 1940, organizaram-se movimentos conservacionistas na Holanda, França, Bélgica e Inglaterra, em reação à destruição do meio ambiente pela guerra e pela necessidade de sua reconstrução. Esse movimento contribuiu para que algumas instituições governamentais e associações não-governamentais de conservação, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Cultura e a Ciência (UNESCO), criassem em 1947, na Suíça, a International Union for the Conservation of Nature (IUCN).

Conforme Viola (1991), a IUCN foi a mais importante ONG ambientalista internacional até a instituição do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), na Conferência sobre o Ambiente Humano,⁴ em 1972, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU e realizada em Estocolmo. Por sua relevância para o ambientalismo internacional e para a educação ambiental, segue um texto sobre essa Conferência:

A Conferência sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, em 1972, reuniu 113 países para adotar princípios comuns para preservação e melhoria do ambiente humano. Nessa Conferência foi instituída a Declaração sobre o Ambiente Humano e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. (VIOLA, 1991).

Retornando à década de 1940, a ONU realizou, em Nova York, em 1949, a Conferência Científica das Nações Unidas sobre a Conservação e Utilização de Recursos Naturais, considerado o primeiro grande feito a partir do início das preocupações com a ecologia mundial (SENAC..., 1992, p. 21).

Ressalta-se que esse movimento repercutiu nos estados brasileiros, haja vista que, no Rio de Janeiro, em 1958, foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da

Natureza (FBCN), ONG ambientalista vinculada à IUCN, com o objetivo de lutar pela preservação da fauna e da flora, em especial, das espécies em extinção. Ela atuou de forma tímida, na década de 1960, quando as questões ambientais brasileiras não faziam parte do debate público. Foi espelhando na FBCN que, no final de 1979, nasceu, em Mato Grosso do Sul, a FUCONAMS, associando organizações governamentais e não-governamentais, como havia sido a conformação da IUCN. Diz o artigo 6. (2 do estatuto da FUCONAMS:

A Fundação será dirigida por um Conselho Diretor composto por um presidente, um vice-presidente, um representante do INAMB, um representante da Prefeitura local, um representante da Universidade e um representante da Comissão Alfa de Ecologia, estes quatro últimos terão suplentes que participarão das reuniões na ausência dos membros efetivos. (ESTATUTO..., 1980).

O fato de a FUCONAMS ter emergido dos primórdios do ambientalismo de Mato Grosso do Sul sugere que este seja um dos fatores que levaram a entidade a compor com organizações governamentais. Associado a isso, ela pode ter recebido influência direta da FBCN e indireta da IUCN. Entretanto, não se pôde verificar se a FBCN combinava elementos governamentais e não-governamentais, pois não foi possível conhecer seu estatuto.

Voltando aos anos de 1960, no ano de 1961 foi criada a World Wildlife Fund (WWF), ONG ambientalista. Na mesma década, em 1968, um grupo de especialistas formou o Clube de Roma e elaborou o documento “Os Limites do Crescimento”, tornando-o público na Conferência de Estocolmo. (SENAC..., 1992, p.22). Viola (1991) concluiu que essa Conferência teve um impacto mínimo na sociedade brasileira que à época vivia um clima político-cultural de repressão. O governo brasileiro, ao não reconhecer os problemas ambientais, como fizeram os governos dos países do primeiro mundo, bem como da Índia e da Venezuela, estimulou a transferência das indústrias poluentes ao Brasil. Diante das repercussões negativas, o governo criou uma estrutura oficial ambiental:

Após os efeitos negativos da repercussão da posição oficial do governo brasileiro na Conferência de Estocolmo, o presidente Geisel criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior (Monteiro, 1981), tendo como titular o Dr. Paulo Nogueira Neto, que a coordenou. (AQUINO; MINN' – MEDINA, 2001, p. 49).

Com base em John Mc Cormick, Talavoro (2001, p. 165) elencou alguns fatores que desencadearam o ambientalismo: a insegurança provocada pela chegada da era atômica; as lutas pelos direitos civis; os protestos contra a guerra do Vietnã; movimentos

estudantis; o movimento hippie, com o retorno à natureza, e a publicação do livro “Silent Spring”, da jornalista norte-americana, Rachel Carson, em 1962. Em sua obra, Rachel Carson, “[...] descreveu a forma predadora de atuação dos setores produtivos e as tragédias que já estavam acontecendo”. Ela cita, como exemplo, a contaminação dos Grandes Lagos dos Estados Unidos pelo produto DDT que matou aves que se alimentavam de peixes (KEROUAK, 1998, p. 26).

De acordo com Viola e Leis (1995, p. 82 apud TALAVORO, 2001), as associações ambientalistas brasileiras que surgiram, no ano de 1971, receberam influência do movimento ambientalista norte-americano e europeu:

[...] a influência dá-se fundamentalmente na adoção de um sistema de valores e na formulação de um programa: questionamento da civilização urbano-industrial pelos seus impactos devastadores sobre a natureza, promoção da ecologia como ciência da sobrevivência e de uma nova ética ecológica, combate à poluição causada por indústrias e veículos e à destruição das belezas paisagísticas causada por empreendimentos humanos, luta contra o uso exagerado da mecanização agrária e contra o uso indiscriminado de agrotóxicos, preservação da flora e da fauna nativas. (VIOLA; LEIS, 1995, p.82 apud TALAVORO, 2001, p. 49).

Segundo Viola (1991), José Lutzenberger criou a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em Porto Alegre, RS, no ano de 1971. A entidade se empenhava em: defender a fauna e a vegetação; combater o uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; denunciar a poluição dos cursos d'água pelos resíduos industriais e domiciliares não tratados; combater as destruições desnecessárias da beleza paisagista; e salvar a humanidade dos efeitos da destruição, promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica. Para ele, a FBCN tem o perfil preservacionista e a AGAPAN, um perfil ambiental amplo, uma vez que suas lutas visavam a estabelecer uma convivência entre sociedade e natureza, sem comprometer a biodiversidade.

Essa concepção que considera a sociedade integrada aos recursos naturais foi deliberada pela Conferência de Estocolmo que reconheceu a educação ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental. Para formular os princípios e orientações de um Programa Internacional de Educação Ambiental que privilegiasse a abordagem interdisciplinar, recomendado por essa Conferência, a UNESCO promoveu um encontro internacional, com a presença de especialistas de 65 países. Esse Encontro indicou que: “A Educação Ambiental deve ser multidisciplinar, integrada às diferenças regionais e voltada para interesses nacionais.” (DIAS, 1993, p.40). Nesse movimento, o grande marco da educação ambiental foi a 1ª. Conferência Internacional Governamental sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi, Geórgia (Comunidade dos Estados

Independentes), em 1977. Nela discutiram-se e elegeram-se os objetivos, as finalidades, os princípios orientadores e as estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental, válidos até hoje. São transcritos três princípios de educação ambiental, elencados nessa Conferência, conhecida como a de Tbilisi:

- a) Considerar o meio ambiente em sua totalidade, ou seja, em seus aspectos naturais e criados pelo homem (tecnológico e social, econômico, político-cultural, moral e estético);
- b) Constituir um processo contínuo e permanente, começando pelo pré-escolar e continuando através de todas as fases do ensino formal e não-formal;
- c) Aplicar um enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina; [...] (DIAS, 1993, p. 66-67).

Tendo por base os referidos princípios, a Lei nº 6938, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, sancionada em 31 de agosto de 1981, faz alusão à educação ambiental: “Art. 20. X - Educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.” (BRASIL, 1981). Apesar disso, as primeiras movimentações em prol da educação ambiental brasileira pautaram-se por instituí-la como uma disciplina curricular. Contudo, sua concepção foi se ampliando no decorrer do processo, até que, segundo Furriela (2002, p.57), o deputado José Sarney Filho apresentou um substitutivo ao projeto de lei original de educação ambiental, de autoria do deputado Fabio Feldman. Esse processo de elaboração da legislação foi concluído, quando foi sancionada, em 27 de abril de 1999, a Lei nº 9- 9.795, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999).

As fontes pesquisadas sugerem que os conceitos de meio ambiente, que integram sociedade e natureza, bem como a educação ambiental, nasceram das manifestações contra a destruição dos recursos naturais. Nesse sentido, a pesquisadora científica Samyra Crespo faz uma reflexão sobre a origem destes conceitos:

As origens da educação ambiental se confundem com o próprio aparecimento do ambientalismo. O *ambientalismo* é um movimento histórico mundial, cuja evolução acompanha o desenvolvimento da consciência de que os recursos naturais são finitos e de que a vida humana depende da conservação da capacidade de suporte do Planeta. (CRESCO, 1999, p. 31).

Por sua vez, o pesquisador científico Genebaldo Freire Dias, em uma das referências à educação ambiental, destaca a importância da IUCN:

Em 1970 a IUCN definiu a EA como um processo de reconhecimento de valores e de esclarecimentos de conceitos que permitam o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessários para entender e apreciar as inter-relações entre o homem, sua cultura e seu ambiente biofísico circunjacente. (DIAS, 1993, p. 25).

Esta definição, que considera as interrelações entre sociedade e natureza, possibilita reflexões sobre o papel da educação ambiental que considera os seres humanos inseridos em seu ambiente, além de demonstrar que esta discussão antecedeu à Conferência de Estocolmo. Genebaldo Freire Dias prestou um outro esclarecimento quanto à evolução do conceito de educação ambiental:

De qualquer forma, a evolução dos conceitos de EA tem sido vinculada ao conceito de meio ambiente e ao modo como este era percebido. O conceito de meio ambiente reduzido exclusivamente a seus aspectos naturais não permitia apreciar as interdependências, nem a contribuição das ciências sociais à compreensão e melhoria do meio ambiente humano. (DIAS, 1993, p. 25).

Essa associação, do conceito de educação ambiental ao de meio ambiente, reafirma que a concepção ambiental restrita aos recursos naturais difere daquela que considera a interdependência socioambiental. E, possibilita que, na leitura de uma suposta obra pública ambiental, se identifique o conceito de meio ambiente que a referenciou.

Também são elucidativas as conclusões científicas acerca da educação ambiental a que chegou Thomas R. Tanner, em sua obra “Educação Ambiental,” ao distinguir educação ambiental (EA) de educação conservacionista (EC). Vale a pena registrar algumas dessas expressões: “compartimentada (EC) versus abrangente (EA)”;

“local (EC) versus global (EA)”;

“ímpeto técnico (EC) versus envolvimento público (EA)”;

“ciências biofísicas (EC) versus ciências sociais (EA)” e outras. (TANNER, 1978, p.74-76). Com relação ao desenvolvimento da educação ambiental, Crespo (1999, p.33) diferencia a abordagem conservacionista, que trata principalmente da extinção da fauna e da flora e dos impactos da ação humana sobre a biosfera, da abordagem socioambiental que trabalha a relação homem-natureza, e propõe um novo padrão de desenvolvimento.

Apesar de extrapolar o período da pesquisa, registra-se a criação do Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, agregando ONGs ambientalistas e ONGs sociais, em 1991, (FÓRUM..., 1991). Em parceria com as organizações governamentais, esse Fórum realizou, por volta de 1993, em Campo Grande, MS, o Seminário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento no qual Genebaldo Freire Dias discutiu a educação ambiental à luz dos princípios de Tbilisi, que à época não eram tão divulgados.

Esse Seminário, que contou com a participação de representantes oficiais do executivo local, contribuiu para que, no ano de 1994, fosse criada a Assessoria Municipal de Meio Ambiente, cujas atribuições foram, em 1995, incorporadas pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANURB), gênese do Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente (PLANURB).⁵ Nesse mesmo ano, o legislativo estadual manifestou-se por meio de um anteprojeto de lei de educação ambiental, de

autoria do parlamentar Eurídio Ben Hur Ferreira. Mesmo não tendo sido consolidada, a iniciativa foi louvável.

3. Considerações Finais

Certas reflexões sobre os fatos pesquisados deram margem a conclusões acerca do ambientalismo. Assim, o entendimento dos processos educativos permanentes, com enfoque interdisciplinar, em âmbito formal e não-formal, vinculados ao conceito de meio ambiente na sua totalidade, é fruto de um movimento que se criou internacionalmente para salvaguardar os recursos naturais.

Tal movimento influenciou a FUCONAMS, que, no segundo momento de sua atuação, adotou o conceito de educação ambiental, baseado naquele que integra o ser humano aos recursos naturais. Foi necessário recuperar os dois momentos, em que a entidade esteve sob a presidência de Astúrio Ferreira dos Santos e de Francisco Anselmo Gomes de Barros, para que se conhecessem as abordagens de educação ambiental propostas: sugerir às autoridades municipais e do Estado um trabalho com crianças para difundir conhecimentos ambientais e discutir em eventos propostas de educação ambiental multidisciplinar. Embora a FUCONAMS não tenha desenvolvido experiências de educação ambiental na comunidade, uma de suas contribuições para a sociedade sul-mato-grossense foi a luta ensejada pela inserção da dimensão ambiental em todas as disciplinas do currículo escolar. Realçam-se as denúncias que serviram para que a população tivesse ciência dos prejuízos causados pela exploração capitalista dos bens naturais, antes percebidos quase que passivamente.

Por fim, será mencionada uma das questões essenciais para se compreender o ambientalismo em Mato Grosso do Sul: a destruição dos recursos naturais, contra a qual a FUCONAMS empreendia suas lutas, como uma determinação do capital na produção em ambientes naturais. A fim de que se compreendessem esses processos, tornou-se indispensável o exercício da leitura de obras científicas que buscam compreender historicamente a transformação dos recursos naturais, como as citadas na bibliografia complementar.

Notas

1. Doravante, será usada a sigla ONG ambientalista sempre que se fizer referência às organizações não-governamentais ambientalistas.
2. Dados obtidos por meio de entrevista com Arnaldo de Oliveira, realizada em 18 de julho de 2003.
3. Dado obtidos em entrevista realizada em 31 de julho de 2003, com Astúrio Ferreira dos Santos.
4. Esta Conferência é também conhecida por Conferência de Estocolmo.
5. O Instituto Municipal de Planejamento Urbano (PLANUR) foi criado pela Lei n. 3.183, de 22 de agosto de 1995, em lugar da Unidade de Planejamento Urbano (PLANURB), tendo como uma das suas atribuições implementar a política municipal de meio ambiente, até que se criasse o órgão municipal ambiental. A Lei n. 3.314, de 26 de dezembro de 1996, denomina este órgão de Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente. (CAMPO GRANDE, 1996, p. 41)

Referências Consultadas

ALVES, Gilberto Luiz. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande, MS: Uniderp, 2003. 101 p.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl. **O capital: crítica à economia política (livro primeiro: o processo de produção do capital)**. 7. ed. São Paulo: DIFEL, 1982. v. 1, p. 41-422.

MARX, Karl; ENGELS, S Friedrich. **A ideologia alemã: (L-Feuerbach)**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. .5. ed. São Paulo: Hucitec, 1986. 198 p.

SANTOS, Milton. **1992: Redescoberta da natureza**. São Paulo: Jí, amotas/FFLCH/USP, 1998. 16 p.

Referências

ABAIXO assinado. Campo Grande, MS, 1978. Denuncia a caça e a pesca predatórias. Documento não publicado.

AMARAL, Maria Eugênia Carvalho do. Ecologia para os jovens — novo plano do M.E.C. **O Progresso**, Dourados, MS, 1.mai.1976.

AQUINO Ana Lúcia Tostes de; MININNIMEDINA, Nana, coords. **Educação ambiental curso básico a distância: questões ambientais: conceitos, história, problemas e alternativas.** 2.ed. amp. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. p. 49. 5v.

AUTORIDADES mobilizam-se contra pesca predatória. **O pantaneiro**, Aquidauana-MS, 27 maio 1978.

BARROS, Francisco Anselmo. O meio ambiente e a justiça. In: **TERRA, até quando?** Brasília: Senado Federal, jun.1992.

BRASIL. Lei nº. 9795, de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, nº. 79, seção 1, p. 1, 28.abr.1999. Disponível em: <http://www.advocaciasantos.com.br/lei_9795_99.htm-20k>. Acesso em: 7.jun.2004.

BRASIL. Lei nº. 6938, de 31 de agosto de 1981. Institui a Política Nacional de Meio Ambiente. In: **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.silex.com.br/leis/l_6938.html-37k> Acesso em: 7.jun.2004.

CAMPO GRANDE. Lei nº. 3314 de 26 de dezembro de 1996. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul**, p. 41, 27.dez.1996.

CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, 30., 1978. Campo Grande, MS. **Revista Campo Agropecuária**, Campo Grande, ano 1, n. 6, p.5, fev.1979.

CRESCO, Samyra. **Educação ambiental: origens e evolução - as principais tendências.** In: SENAC e Educação Ambiental. Rio de Janeiro: Senac, jan./abr.1999. v. 8.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 2 ed. rev. ampl. São Paulo: Gaia, 1993.

ENCONTRO NACIONAL DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE, 1., 1984, Campo Grande, MS. **Ambiente e Vida**, Campo Grande, ano 1, n. 11, p. 3, dez.1984.

ESTATUTO DA FUCONAMS: extrato. **Diário Oficial de Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, MS, ano 2, n. 332, p. 16, 6.mai.1980.

FÓRUM de Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Ata da reunião de 8 de junho de 1991.** Campo Grande, MS, 1991.

FURRIELA, Rachel Biderman. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2002.

JARDINAGEM. **Diário da Serra,** Campo Grande, MS, 1.dez.1976.

KEROUAK, J. Assim chegamos à educação ambiental. In: **A implantação da Educação Ambiental no Brasil.** 1.ed. Brasília-DF: publicação de responsabilidade da Coordenação de Educação Ambiental do Ministério de Educação e Desporto, 1998.

OLIVEIRA, Arnaldo de. **Entrevista.** Campo Grande, MS, 2003.

SANTOS, Astúrio Ferreira dos. **Entrevista.** Campo Grande, MS, 2003.

SEMANA DE BOTÂNICA E ECOLOGIA, 1977, Campo Grande, MS. Programa. Campo Grande, MS, 1977.

SENAC e Educação Ambiental. Rio de Janeiro: Senac/dn, 1992. v. 3.

TALAVORO, Sérgio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral.** 1.ed. São Paulo: Annablume Fapesp, 2001. 226 p.

TANNER, R. Thomas. **Educação ambiental.** Tradução George Schlesinger. Revisão e prefácio de Mario G. Ferri. São Paulo: Summus, 1978.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO. Centro de Ciências Biológicas. **Ofício 29.jun.1978** encaminhando o Plano de trabalho referente à área de jardinagem. do Campus da UEMT. Campo Grande, MS, 1978.

VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 15., 1991, Caxambu, MG. Anais...** [s.n.], 1991.

